

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL E
COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM UMA ÚNICA SÉRIE, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
COMANCHE PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

COMANCHE PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Moema nº 300, 7º andar, cj. 77/78, CEP 04077-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.751.535/0001-43 ("Emissora"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

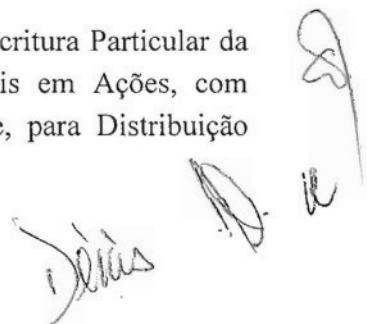
GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, CEP 22.775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, nomeada de acordo com a presente escritura e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando a comunhão dos titulares das debêntures desta 1ª (primeira) emissão ("Debenturistas");

doravante denominados separadamente como "Parte", e em conjunto, "Partes"; e, ainda, na qualidade de fiadores e principais pagadores,

COMANCHE BIOCOMBUSTÍVEIS DE CANITAR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Canitar, Estado de São Paulo, Rodovia Vicinal Gabriel Ligeiro, Km 04, Água do Barreirinho, CEP 18990-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.386.602/0001-30 ("Comanche Canitar"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social; e

COMANCHE COMBUSTÍVEIS DE SANTA ANITA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, no bairro de Congonhal, s/nº, CEP 18270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.243.733/0001-08 ("Comanche Santa Anita"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, Comanche Canitar e Comanche Santa Anita doravante denominadas em conjunto "Entidades Comanche",

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em uma única série, para Distribuição



Real e com Garantia Fidejussória, em uma única série, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Comanche Participações do Brasil S.A. (“Escritura” e “Debêntures”), mediante os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA I DA AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada em 19 de dezembro de 2011, que deliberou sobre as características e condições das Debêntures, conforme definidas abaixo.

CLÁUSULA II DOS REQUISITOS

2. A emissão das Debêntures objeto desta Escritura será realizada com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

2.1.1. A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob nº 36.305/12-1, em sessão de 17 de janeiro de 2012, e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Diário de São Paulo (“Diário”), nos termos do inciso I, do art. 62, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”).

2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do inciso II, do art. 62, da Lei 6.404/76.

2.3. Constituição de Garantias

2.3.1. As Debêntures serão garantidas por fiança, nos termos do item 5.20.1, e por penhor agrícola, penhor industrial e alienação fiduciária de imóveis e ativos industriais, nos termos do item 5.20.2, que serão constituídos dentro dos prazos ali previstos, nos termos do inciso III, do art. 62, da Lei 6.404/76.

CLÁUSULA III DA OFERTA DAS DEBÊNTURES

3.1. Oferta pública com esforços restritos de distribuição

3.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Instrução da CVM nº 476, conforme alterada (“Instrução CVM 476”). Dessa forma, a oferta pública das Debêntures está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, nos termos do art. 6º da Instrução CVM 476. Além disso, a Emissora também está dispensada do registro de emissor, nos termos do art. 14 da Instrução CVM 476.

3.1.2. As Debêntures serão distribuídas nas quantidades e condições previstas nesta Escritura, sendo que, sem prejuízo das demais disposições previstas na Instrução CVM 476, as Debêntures serão ofertadas a, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, dos quais apenas 20 (vinte) poderão subscrevê-las.

3.1.3. As Debêntures somente poderão ser subscritas por investidores qualificados, nos termos do art. 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observadas as disposições previstas no art. 4º da Instrução CVM 476.

3.2. Registro para distribuição primária

3.2.1. As Debêntures serão registradas para distribuição primária em sistema de distribuição administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Ativos, ou pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), segundo suas normas e procedimentos e se submeterão aos controles de compensação e liquidação da respectiva câmara de liquidação.

3.3. Registro para negociação secundária

3.3.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário em sistema do mercado de balcão organizado administrado e operacionalizado pela CETIP, por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ou pela BM&FBOVESPA, segundo suas normas e procedimentos e se submeterão aos controles de compensação e liquidação da respectiva câmara de liquidação.

3.3.2. Após o término da oferta pública das Debêntures, os investidores que desejarem adquirir Debêntures somente poderão fazê-lo caso sejam investidores qualificados, nos

termos do art. 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto no art. 13 da Instrução CVM 476.

3.4 Agente Escriturador, Banco Mandatário e Sistema de Registro, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira

3.4.1. O Itaú Corretora de Valores S.A. será o agente escriturador das Debêntures (“Agente Escriturador”).

3.4.2. O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário das Debêntures (“Banco Mandatário”).

3.4.3. As Debêntures serão registradas em sistema de registro, de custódia eletrônica e de liquidação financeira administrado e operacionalizado pela CETIP, ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso.

CLÁUSULA IV DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4. A emissão objeto desta Escritura terá as seguintes características:

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social a assessoria e consultoria mercadológica, assessoria administrativa, financeira, fiscal, a administração de bens e direitos próprios e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

4.2. Número da Emissão

4.2.1. A presente Escritura representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3. Valor da Emissão

4.3.1. O valor total da emissão será de até R\$ 80.000.000,57 (oitenta milhões de reais e cinquenta e sete centavos), na Data de Emissão (conforme definida no item 5.1.1).

4.4. Séries

4.4.1. A emissão será realizada em uma única série.

4.5. Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas até 68.865.129 (sessenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil cento e vinte e nove) Debêntures.

CLÁUSULA V DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5. As Debêntures terão as seguintes características:

5.1. Data de Emissão

5.1.1. Para todos os fins legais, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").

5.2. Valor Nominal Unitário

5.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1,161691 (um real, um seis um seis nove um centavos de real) ("Valor Nominal Unitário").

5.3. Atualização Monetária

5.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não sofrerá atualização ou correção monetária.

5.4. Forma

5.4.1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados.

5.5. Conversibilidade

5.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.6. Espécie

5.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia fidejussória e garantia real, nos termos do art. 58 da Lei 6.404/76.

5.7. Comprovação de titularidade das Debêntures

5.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

5.8. Data de Vencimento

5.8.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão, sendo seu vencimento final, portanto, em 15 de dezembro de 2018 (“Data de Vencimento”), data em que a Emissora pagará aos Debenturistas o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, nos termos do item 5.9, juntamente com o valor da Remuneração (conforme definida no item 5.10) devida, em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

5.9. Amortização do Valor Nominal Unitário

5.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora aos Debenturistas em 9 (nove) parcelas, considerando-se o seguinte cronograma de pagamento, mediante rateio entre todos os Debenturistas:

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário
30/04/2014	8,75%
31/10/2014	3,75%
30/04/2015	8,75%
31/10/2015	3,75%
30/04/2016	8,75%
31/10/2016	3,75%
30/04/2017	8,75%
31/10/2017	3,75%
15/12/2018	50,00%
Total	100,00%

5.10. Remuneração

5.10.1. A partir do primeiro ano contado da Data de Emissão das Debêntures, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”), composta da seguinte forma:



(i) uma parcela correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do lucro líquido (sendo este sempre um valor positivo) apurado anualmente pela Emissora, diminuído ou acrescido, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76, dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; e (b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores (“Remuneração Variável”) sendo calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$RV = \frac{0,005 \times LL}{DC}, \text{ onde:}$$

RV = Remuneração Variável para cada Debênture em Circulação;

LL = Lucro líquido da Emissora, descrito no Balanço anual da Emissora;

DC = Quantidade de Debêntures em Circulação.

e

(ii) uma parcela equivalente à variação positiva acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração Fixa”). A Remuneração Fixa será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido no item 5.10.4) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times ((FatorDI \times FatorSpread) - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor nominal da debênture no início do período de capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = Número total de taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = Número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 5,0000 (cinco inteiros);

n = Número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " n " um número inteiro;

DT = Número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro;

DP = Número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro.

Handwritten signature and initials:
 Denis
 P. K

O produto [*FatorDI* x *FatorSpread*], deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.10.1.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste item, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do spread, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.10.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do spread, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

5.10.2. O lucro líquido da Emissora deverá ser verificado com base no seu balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de cada ano e aprovado pelos acionistas na assembleia geral ordinária realizada no ano subsequente, sendo a remuneração sobre ele apurada de acordo com as condições previstas no item 5.10.1, subitem (i) e paga de acordo com o disposto no item 5.10.3.

5.10.3. A Remuneração das Debêntures será paga pela Emissora a partir do segundo ano da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento, de acordo com o cronograma a seguir:

Data de Pagamento	Remuneração
30/04/2013	35% (trinta e cinco por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período desde a Data de Emissão até 30 de abril de 2013
31/05/2013	35% (trinta e cinco por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012
31/10/2013	15% (quinze por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de

	janeiro a 31 de dezembro de 2012 e 15% (quinze por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período desde a Data de Emissão até 30 de abril de 2013
30/04/2014	70% (setenta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2013 a 30 de abril de 2014
31/05/2014	70% (setenta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013
31/10/2014	30% (trinta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013 e 30% (trinta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2013 a 30 de abril de 2014
30/04/2015	70% (setenta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2014 a 30 de abril de 2015
31/05/2015	70% (setenta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014
31/10/2015	30% (trinta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014 e 30% (trinta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2014 a 30 de abril de 2015
30/04/2016	70% (setenta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2015 a 30 de abril de 2016
31/05/2016	70% (setenta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015
31/10/2016	30% (trinta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 e 30% (trinta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2015 a 30 de abril de 2016
30/04/2017	70% (setenta por cento) da Remuneração

	Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2016 a 30 de abril de 2017
31/05/2017	70% (setenta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016
31/10/2017	30% (trinta por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e 30% (trinta por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2016 a 30 de abril de 2017
15/12/2018	100% (cem por cento) da Remuneração Variável calculada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e 100% (cem por cento) da Remuneração Fixa calculada para o período de 30 de abril de 2017 até a Data de Vencimento.

5.10.4. Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração Fixa imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração Fixa correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração Fixa será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração Fixa, nos termos do item 5.10.3, subitem (ii), será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

5.10.4.1. Os Períodos de Capitalização serão os seguintes:

Períodos de Capitalização	Início	Término
1º	Data de Emissão	30 de abril de 2013
2º	30 de abril de 2013	30 de abril de 2014
3º	30 de abril de 2014	30 de abril de 2015
4º	30 de abril de 2015	30 de abril de 2016
5º	30 de abril de 2016	30 de abril de 2017
6º	30 de abril de 2017	Data de Vencimento

5.10.5. Os saldos da Remuneração Variável calculada com base no balanço patrimonial levantado pela Emissora em 31 de dezembro de cada ano e que não serão pagos em 31

de maio de cada ano subsequente não sofrerão acréscimo até a data de pagamento estabelecida no item 5.10.3 desta Cláusula.

5.10.6. Os saldos da Remuneração Fixa calculada na data do término de cada Período de Capitalização e que não serão pagos na data de término do respectivo Período de Capitalização serão acrescidos da Remuneração Fixa desde a referida data até a data de pagamento estabelecida no item 5.10.3 desta Cláusula.

5.11. Forma de Subscrição

5.11.1. As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

5.12. Preço e Forma de Integralização

5.12.1. O preço de integralização das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração Fixa, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto no item 5.10, subitem (ii), admitido ágio ou deságio em função das condições do mercado.

5.12.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição (“Data de Integralização”), em valores, bens ou direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro, a critério da Emissora, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, e observadas as demais disposições legais aplicáveis.

5.12.3. Fica desde já estabelecido que até o limite de R\$ 52.059.461,82 (cinquenta e dois milhões, cinquenta e nove mil quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), as Debêntures serão destinadas prioritariamente a investidores que sejam quotistas do Comanche Clean Energy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis (“Fundo”), os quais poderão integralizar as Debêntures mediante a contribuição de quotas da classe sênior de emissão do referido Fundo, à razão de 0,00001 (um centésimo de milésimo) de quota da classe sênior por Debênture, independentemente de qualquer procedimento de avaliação.

5.13. Local e Forma de Pagamento

5.13.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora em dinheiro, nas datas de amortização e pagamento previstos nos itens 5.9 e 5.10, por intermédio da entidade responsável pela compensação e liquidação atrelada à CETIP ou BM&FBOVESPA, conforme o caso, ou, ainda, por intermédio do Banco Mandatário e/ou do Agente Escriurador.

5.14. Prorrogação dos Prazos

5.14.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.15. Multa e Encargos Moratórios

5.15.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.16.1. Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, desde que inequivocamente cientificado ou comunicado pela Emissora nos termos desta Escritura, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento pela Emissora.

5.17. Dação em Pagamento e Redução Proporcional do Valor Nominal Não Amortizado

5.17.1. Caso a Emissora não tenha recursos suficientes para realizar o pagamento de quaisquer valores devidos aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura, a Emissora poderá, desde que autorizada pelo voto de Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação ("Maioria Absoluta"): (i) efetuar o pagamento de tais verbas, no todo ou em parte, mediante dação em pagamento aos titulares das Debêntures (operada de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora e na proporção dos seus créditos) de bens, créditos e/ou direitos de sua titularidade, ainda que objeto de cobrança judicial já iniciada pela Emissora; e (ii) reduzir



proporcionalmente o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, independentemente da necessidade de qualquer procedimento ou de aditamento a esta Escritura, conforme mecanismo descrito no item (i) deste item. Nesse caso, os titulares das Debêntures desde já e independentemente de qualquer outra deliberação ou de aditamento a esta Escritura, dão ampla, geral irrevogável e irretratável quitação à Emissora dos referidos valores. A manifestação dos Debenturistas acima mencionada deverá aprovar a qualidade, quantidade e preço dos bens, créditos e/ou direitos oferecidos pela Emissora.

5.18. Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa

5.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures (“Resgate Antecipado”).

5.18.1.1. A Emissora realizará o Resgate Antecipado mediante envio de comunicação, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, endereçada à totalidade dos Debenturistas, comunicação esta que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate será total ou parcial, neste último caso informando o número total de Debêntures a serem resgatadas, observando o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei 6.404/76; (b) a data para resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; e (c) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.18.1.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado (“Valor de Resgate”) será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado, calculada nos termos desta Escritura.

5.18.2. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do art. 55, da Lei 6.404/76. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

5.19. Imunidade de Debenturistas

5.19.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e/ou ao Agente Escriturador, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência das datas previstas para pagamento de quaisquer valores decorrentes das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos referidos tributos previstos em lei.

5.20. Garantias

5.20.1. As Debêntures objeto desta Escritura serão garantidas por fiança pela Comanche Canitar e pela Comanche Santa Anita, nos termos da Cláusula X (“Fiança”).

5.20.2. Adicionalmente à Fiança, as Debêntures também serão garantidas por:

(i) penhor agrícola em primeiro grau de fração de cana-de-açúcar de propriedade da Comanche Santa Anita, cultivada e a ser cultivada na região de Tatuí, Estado de São Paulo, em montante não inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (“Contrato de Penhor Agrícola”), a ser constituído conforme minuta constante do Anexo I.

(ii) penhor industrial em primeiro grau de todos os equipamentos de propriedade da Comanche Canitar localizados em imóvel de propriedade da Emissora e por aquela utilizados nas atividades de moagem de cana-de-açúcar e produção de etanol (“Contrato de Penhor Industrial”), a ser constituído conforme minuta constante do Anexo II.

(iii) alienação fiduciária de imóvel e ativos industriais, exceto tanques, caminhões, equipamentos agrícolas e demais veículos da frota (“Ativos Excluídos”), de propriedade da Comanche Santa Anita, conforme minuta constante do Anexo III (“Contrato de Alienação Fiduciária – Comanche Santa Anita”).

(iv) alienação fiduciária de imóvel de propriedade da Emissora, conforme minuta constante do Anexo IV (“Contrato de Alienação Fiduciária – Comanche Participações”).

O Contrato de Penhor Agrícola, o Contrato de Penhor Industrial, o Contrato de Alienação Fiduciária – Comanche Santa Anita e o Contrato de Alienação Fiduciária – Comanche Participações são referidos, em conjunto, como “Contratos de Garantia”.

5.20.2.1. As garantias previstas no item 5.20.2 deverão ser constituídas em até 90 (noventa) dias da integralização da primeira Debênture, mediante registro em cartório competente, sob pena de vencimento antecipado, nos termos do item 5.21. A Emissora, a Comanche Santa Anita e a Comanche Canitar, conforme o caso, deverão fornecer ao Agente Fiduciário comprovante de cumprimento de tal registro dentro de 120 (cento e vinte dias) da integralização da primeira Debênture.

5.20.3. A Emissora deverá preservar e proteger as garantias constituídas a favor dos Debenturistas, não devendo permitir a venda de qualquer ativo objeto das garantias previstas nos subitens (i) e (ii) do item 5.20.2 (conjuntamente, “Ativos Empenhados”), sem o prévio consentimento dos Debenturistas, observado que fica entendido e acordado que a Emissora e as Entidades Comanche poderão, anualmente, moer a cana-de-açúcar que seja objeto de penhor, para a produção de etanol no curso normal dos



negócios e que poderá dispor livremente: (a) da sua produção de etanol; (b) de partes, peças e equipamentos obsoletos e não produtivos, de valor considerado não relevante até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); (c) de partes, peças, equipamentos e outros ativos de maior valor, desde que expressamente previsto no Plano Conjunto de Operação (conforme definido na Cláusula IX) e que os recursos sejam direcionados para a atividade operacional; e (d) de qualquer outro equipamento ou partes que sejam substituídas por outros equipamentos ou partes com funções semelhantes, e que sejam incorporadas às garantias objeto dos Contratos de Garantias. Para os demais casos, a Emissora somente poderá realizar a venda de qualquer Ativo Empenhado se houver a prévia aprovação dos Debenturistas, sendo que o correspondente resultado líquido financeiro de tal venda deverá ser direcionado para uma conta vinculada à emissão prevista nesta Escritura com o objetivo primário de liquidação antecipada das Debêntures, limitado ao valor da venda de tais ativos. Tal conta vinculada será aberta pela Emissora e comunicada ao Agente Fiduciário previamente à venda de qualquer Ativo Empenhado.

5.20.4. Será facultado aos Debenturistas, semestralmente, inspecionar os Ativos Empenhados e as condições dos mesmos, individualmente ou por meio do Agente Fiduciário ou, ainda, qualquer pessoa especializada designada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas e informada à Emissora, em data a ser previamente definida com a Emissora.

5.20.5. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário, a cada aniversário da Data de Emissão, uma avaliação dos ativos objeto do Contrato de Penhor Agrícola. Caso a razão entre o valor apurado na referida avaliação e o valor de R\$ 52.059.461,82 (cinquenta e dois milhões, cinquenta e nove mil quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos) seja inferior a 3/5 (três quintos), a Emissora deverá, no prazo de 90 (noventa) dias contados do aniversário, empenhar uma fração adicional de cana-de-açúcar, por meio de novo Contrato de Penhor Agrícola a ser celebrado na mesma forma do Anexo I, de modo que o valor da fração adicional da cana-de-açúcar, somado ao valor da cana-de-açúcar empenhada nos termos do item 5.20.2(i), mantenha a razão de 3/5 (três quintos) em relação a R\$ 52.059.461,82 (cinquenta e dois milhões, cinquenta e nove mil quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

5.20.6. Uma vez que o Valor Nominal Unitário total das Debêntures subscritas e integralizadas atinja R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a Emissora deverá, no prazo de 90 (noventa) dias contados de tal evento, reforçar a garantia objeto do Contrato de Penhor Agrícola, empenhando uma fração adicional de cana-de-açúcar em montante correspondente a 1,5 (uma vírgula cinco) vezes o Valor Nominal Unitário excedente a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), por meio de aditamento ao Contrato de Penhor Agrícola.

5.21. Vencimento Antecipado

5.21.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) formulação de pedido de recuperação judicial/extrajudicial formulado pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (b) o início do processo de dissolução ou de liquidação da Emissora, salvo se aprovado pelos Debenturistas;
- (c) a alteração formal do objeto da Emissora, salvo se aprovada pelos Debenturistas;
- (d) a inclusão, em acordo de acionistas ou no estatuto da Emissora, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que importem em restrições à capacidade da Emissora de honrar as obrigações decorrentes das Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (e) a incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, excetuando-se a hipótese de alienação da subsidiária da Emissora denominada Comanche Biocombustíveis da Bahia Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 02.392.616/0001-80, que fica desde já autorizada;
- (f) a redução do capital da Emissora sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, excetuando-se (i) a hipótese de alienação da subsidiária da Emissora denominada Comanche Biocombustíveis da Bahia Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 02.392.616/0001-80 e (ii) a hipótese de redução de capital da Emissora para absorção dos prejuízos, hipóteses essas que ficam desde já autorizadas;
- (g) a criação ou emissão de novas ações pela Emissora que sejam resgatáveis antes do pagamento integral das Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (h) a aquisição pela Emissora de qualquer participação societária em empresa cujo objeto seja estranho ao objeto da Emissora;

(i) a participação da Emissora em consórcios ou associações ou arranjos similares cujo objeto seja estranho ao objeto da Emissora;

(j) não registro, dentro do prazo indicado no item 5.20.2.1, das garantias previstas nos Contratos de Garantia;

(k) deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas que um Evento de Avaliação (conforme definido no item 5.21.2 abaixo) constitui um Evento de Inadimplemento, observados os procedimentos previstos no item 5.21.2; e

(l) o descumprimento, pela Emissora ou por qualquer das Entidades Comanche, das obrigações previstas no item 5.20.6, nos prazos ali previstos.

5.21.2. Na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Avaliação”), o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência do Evento de Avaliação, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar se tal Evento de Avaliação constitui um Evento de Inadimplemento:

(a) não pagamento pela Emissora, nas datas previstas no item 5.9, de qualquer parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures, nas datas previstas no item 5.9, ou de qualquer Remuneração das Debêntures, nas datas previstas no item 5.10, que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) dias, contados do seu vencimento;

(b) o protesto de títulos contra a Emissora (exceto protesto das dívidas existentes na Data de Emissão), cujo montante individual seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou cujo montante somado seja igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos de cinquenta mil reais), montantes esses que deverão ser corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA (conforme definido no item 5.21.4) em cada aniversário da Data de Emissão;

(c) a realização de investimento fora do curso ordinário de seus negócios, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

(d) a tomada, pela Emissora, de qualquer empréstimo ou financiamento sem observância dos limites previstos no Plano Conjunto de Operações, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

(e) a concessão pela Emissora de qualquer empréstimo ou financiamento, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, salvo se (i) destinado aos produtores de cana de açúcar para qualquer das Entidades Comanche ou (ii) independentemente da finalidade,

o valor total agregado dos empréstimos concedidos não excederem R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

(f) o vencimento antecipado de qualquer outra dívida ou dívidas da Emissora (exceto as dívidas existentes na Data de Emissão) em razão de inadimplemento contratual, cujo montante individual seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou cujo montante somado seja igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), montantes esses que deverão ser corrigido anualmente pela variação positiva do IPCA em cada aniversário da Data de Emissão;

(g) a concessão pela Emissora de qualquer garantia real ou fidejussória, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, salvo se para garantia de empréstimos ou financiamentos dentro dos limites previstos no Plano Conjunto de Operações, e/ou para garantia das Debêntures, nos termos do item 5.20;

(h) celebração pela Emissora de contratos de qualquer natureza fora do curso ordinário de seus negócios que, isolada ou cumulativamente, no mesmo exercício social, impliquem em criação de obrigação ou obrigações em montante igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA em cada aniversário da Data de Emissão;

(i) o descumprimento, pela Emissora ou por qualquer das Entidades Comanche, de quaisquer disposições do Plano Conjunto de Operações ou o não atendimento dos índices financeiros previstos no Plano Conjunto de Operações (exceto na medida em que tal descumprimento decorra de circunstâncias que não estejam dentro do controle razoável da Emissora ou das Entidades Comanche, conforme o caso), que não seja sanado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário;

(j) os atuais acionistas da Emissora, ou quaisquer novos acionistas que ingressarem na Emissora com a aprovação dos Debenturistas, deixarem de exercer, em conjunto ou pelos acionistas remanescentes, o controle da Emissora, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas; e

(k) o descumprimento, pela Emissora ou por qualquer das Entidades Comanche, das obrigações previstas nos itens 5.20.5 e 8.1, nos prazos ali previstos.

5.21.2.1. A convocação e deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá observar o procedimento de convocação previsto na Cláusula VI, sendo que as deliberações serão tomadas pela Maioria Absoluta. Caso os Debenturistas decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Inadimplemento, deverá ser

observado o disposto nos itens 5.21.1 e 5.21.3. Caso os Debenturistas não deliberem que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Inadimplemento, não será declarado o vencimento antecipado e a Emissora e o Agente Fiduciário deverão dar prosseguimento às suas rotinas ordinárias.

5.21.3. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula XI, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 5.15.

5.21.4. Para os fins desta Escritura, considera-se “IPCA” o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

CLÁUSULA VI

DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

6.1. Convocação

6.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no art. 71 da Lei 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de seu interesse, observadas as disposições desta Cláusula VI.

6.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.

6.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

6.1.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda

convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a realização da assembleia em primeira convocação.

6.1.5. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas em que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

6.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido nela.

6.2. Quorum de Instalação

6.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a Maioria Absoluta e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

6.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como aquelas detidas por quaisquer sócios, administradores ou conselheiros da Emissora e/ou das Entidades Comanche.

6.3. Mesa Diretora

6.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

6.4. Quorum de Deliberação

6.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

6.4.2. Todas e quaisquer deliberações relativas a quaisquer alterações nas características e condições das Debêntures, conforme previstas nesta Escritura, ou, ainda, toda e qualquer alteração no Plano Conjunto de Operações, serão tomadas pelo voto da Maioria Absoluta.

6.4.3 Os Debenturistas deverão exercer seu direito de voto, bem como as demais prerrogativas asseguradas nesta Escritura e em lei, de boa-fé, sempre buscando manter a viabilidade e sustentabilidade das Entidades Comanche.

6.4.4. As Debêntures eventualmente adquiridas pela Emissora, pelas Entidades Comanche e/ou por qualquer de seus sócios, administradores ou conselheiros, não terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA VII DO AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS

7.1. Para fins do art. 68 da Lei 6.404/76 será designada e aceita o encargo na presente Escritura, **GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda.**, acima qualificado, para desempenhar as atribuições de agente fiduciário dos Debenturistas, aplicável, no que couber o disposto nos arts. 66 a 70 da referida lei.

7.2. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, para os fins desta Escritura que:

(a) não está impedido para o exercício da atividade empresarial, nem incurso em nenhum dos crimes previstos no parágrafo 1º do art. 147 da Lei 6.404/76, e não está sujeito a qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme art. 66, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceita integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(d) está ciente da regulamentação aplicável;

(e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(f) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

(g) esta escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.

7.3.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 7.3.1 não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item 7.3.6.

7.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.5. É facultado aos Debenturistas proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.6. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia dos Debenturistas não delibere sobre a matéria.

7.3.7. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura.

7.3.8. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou do aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei e na Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e probe costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento em que aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do art. 68, parágrafo 1º, alínea “b” da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(l.1). eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação de informações pela Emissora;



(l.2). alterações estatutárias ocorridas no período;

(l.3). comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura do capital da Emissora;

(l.4). aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(l.5). acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(l.6). cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(l.7). declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(m.1). na sede da Emissora;

(m.2). no seu escritório ou em outro local indicado pelo Agente Fiduciário;

(n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m”;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e ao Banco Mandatário e/ou ao Agente Escriturador;

(p) fiscalizar no cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer ou não fazer; e

(q) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização dos seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora em relação à presente Escritura, não sanado no prazo previsto nesta Escritura:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, nos casos previstos em lei;
- (d) representar aos Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, de liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral de Debenturistas; e
- (e) acompanhar o cumprimento pelas Entidades Comanche do Plano Conjunto de Operações.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas do item 7.5.1 se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo voto da Maioria Absoluta.

7.6. Remuneração

7.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho de seus deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) O valor de R\$ 35.880,00 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta reais), devidos na data da assinatura da Escritura, a título de implantação da Emissão;
- b) O valor mensal de R\$ 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data de assinatura da Escritura, e os demais pagamentos a cada mês subsequente, até o resgate total das Debêntures;



c) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de alteração da Escritura após a subscrição das Debêntures ou realização de Assembleia de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será calculado *pro-rata* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, (iv) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o valor mínimo de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora ou os garantidores permanecerem nesta situação e por reunião/assembleia em que o Agente Fiduciário esteja presente;

d) Após a subscrição de Debêntures pelos quotistas do Fundo, nos termos do item 5.12.3, a Emissora promoverá a liquidação do Fundo, utilizando os valores remanescentes distribuídos no pagamento das despesas relativas à realização da oferta pública e da emissão das Debêntures, bem como de constituição das garantias previstas nos itens 5.20.1 e 5.20.2.

e) Após a alocação prevista no item (d), a Emissora deverá manter em conta vinculada aplicação em fundo de investimento de renda fixa com liquidez diária no valor de pelo menos R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), com o objetivo específico de cobrir o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário em razão do não pagamento espontâneo pela Emissora ("Conta Vinculada"). Após o resgate integral das Debêntures, os recursos depositados na Conta Vinculada serão liberados para a Emissora;

f) A Conta Vinculada deverá prever a possibilidade de débito automático e independente de autorização para o pagamento da remuneração e despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em razão dos seus serviços;

g) Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão;

h) Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes

valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras;

i) As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros; e

j) Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento serão devidos, na data do resgate integral, o valor correspondente a 3 (três) meses da remuneração estabelecida no item (b) acima.

7.6.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso com a antecedência acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso não estarão sujeitos à multas ou penalidades.

7.6.3. As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.4. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, correios, transporte, alimentação, viagens e hospedagens necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, desde que sejam razoáveis, negociadas antecipadamente com a Emissora e devidamente comprovadas, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.6.5. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causarem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da

comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA VIII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES

DA EMISSORA E DAS ENTIDADES COMANCHE

8.1. Adicionalmente às demais obrigações da Emissora nesta Escritura e decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório de administração e do parecer dos auditores independentes;

(c) fornecer ao Agente Fiduciário cópia dos atos e decisões referidos no item 11.1, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua publicação;

(d) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu recebimento;

(e) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(f) convocar, nos termos do item 6.1 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(g) tomar todas as medidas necessárias para:

(g.1). preservar todos seus direitos, obrigações, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos que sejam de sua

propriedade na Data de Emissão e sejam necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas controladas ou coligadas dentro do respectivo objeto social;

(g.2). manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas ou coligadas;

(g.3). manter junto a companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, os seguros relevantes para a cobertura do risco de perda dos ativos industriais, incluindo como beneficiário o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures. Tais seguros deverão ser contratados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da integralização da primeira Debênture. A Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário comprovante de cumprimento de tal contratação no prazo máximo de 90 (noventa) dias da integralização da primeira Debênture.

(h) atuar em conformidade e cumprir integralmente (exceto na medida em que tal atuação ou cumprimento não seja possível em razão de circunstâncias que não estejam dentro do controle razoável da Emissora) com o Plano Conjunto de Operações, observado o disposto no item 9.2;

(i) não encerrar a oferta pública de Debêntures prevista nesta Escritura até a efetiva distribuição de Debêntures em montante equivalente ao valor total da emissão, conforme indicado no item 4.3;

(j) manter em vigor os contratos com os prestadores de serviços necessários à manutenção da oferta pública e da emissão das Debêntures, nos termos previstos em lei e nesta Escritura, ressalvados os casos de rescisão pelo prestador de serviços ou substituição aprovada pelos Debenturistas;

(k) manter em vigor os contratos com os prestadores de serviços necessários à continuidade de seus negócios e dos negócios de suas controladas ou coligadas dentro do respectivo objeto social, ressalvados os casos de rescisão pelo prestador de serviços ou de substituição aprovada pelos Debenturistas;

(l) contratar uma ou mais empresas especializadas para avaliar a escrituração contábil, bem como verificar eventuais contingências de natureza trabalhista, tributário-fiscal e ambiental da Emissora, relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011;

(m) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;

(n) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

(o) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(p) manter os documentos mencionados no item (m) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(q) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(r) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta das Debêntures; e

(s) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

8.2. Adicionalmente às demais obrigações das Entidades Comanche nesta Escritura e decorrentes das Debêntures, as Entidades Comanche obrigam-se, solidariamente, a:

(a) na qualidade de fiadoras da Emissora, cumprir com suas obrigações assumidas nos termos da Cláusula X; e

(b) atuar em conformidade e cumprir integralmente (exceto na medida em que tal atuação ou cumprimento não seja possível em razão de circunstâncias que não estejam dentro do controle razoável das Entidades Comanche) com o Plano Conjunto de Operações, observado o disposto no item 9.2.

8.3. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, para fins desta Escritura, que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Plano Conjunto de Operações, bem como os Contratos de Garantia, conforme o caso, e a cumprir com todas as obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



(b) a celebração desta Escritura e do Plano Conjunto de Operações, bem como dos Contratos de Garantia e a colocação de Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:

(b.1). vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;

(b.2). criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles que vierem a ser constituídos nos termos dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, ou já existentes na presente data; ou

(b.3). rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

(c) esta Escritura e o Plano Conjunto de Operações, bem como os Contratos de Garantia, conforme o caso, e as obrigações previstas nesses instrumentos, constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(d) a Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

(e) as Debêntures terão prioridade de resgate em relação ao resgate, no todo ou em parte, de quaisquer ações preferenciais da Emissora.

8.4. Cada uma das Entidades Comanche, conforme aplicável, declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, para fins desta Escritura, que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Plano Conjunto de Operações, bem como os Contratos de Garantia, conforme o caso, e a cumprir com todas as obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e do Plano Conjunto de Operações, bem como dos Contratos de Garantia, conforme o caso, e a colocação de Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual qualquer das Entidades Comanche seja parte, nem irá resultar em:

(b.1). vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;

(b.2). criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem de qualquer Entidade Comanche, exceto por aqueles que vierem a ser constituídos nos termos dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, ou já existentes na presente data; ou

(b.3). rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

(c) esta Escritura e o Plano Conjunto de Operações, bem como os Contratos de Garantia, conforme o caso, e as obrigações previstas nesses instrumentos constituem obrigações de qualquer das Entidades Comanche, exigíveis de acordo com os seus termos e condições; e

(d) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

CLÁUSULA IX

PLANO CONJUNTO DE OPERAÇÕES

9.1. Para assegurar o cumprimento, pela Emissora e pelas Entidades Comanche, de suas obrigações principais e acessórias previstas nesta Escritura e decorrentes das Debêntures, a Emissora, as Entidades Comanche e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, assinam, nesta data, o Plano Conjunto de Operação (“Plano Conjunto de Operação”). A Emissora fará com que, dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da primeira integralização de Debênture, uma empresa especializada no setor suco-alcooleiro emita um laudo opinando acerca da razoabilidade do Plano Conjunto de Operação.

9.2. O Plano Conjunto de Operações consiste em um instrumento dinâmico, que pautará a atuação das Entidades Comanche no desenvolvimento de suas atividades, buscando gerar condições que permitam o pagamento das Debêntures. Não obstante, os Debenturistas estão cientes e reconhecem desde logo que o cumprimento do Plano Conjunto de Operações depende de circunstâncias tais como clima e condições de mercado que não estão dentro do controle razoável das Entidades Comanche. Assim, a Emissora e as Entidades Comanche obrigam-se a revisar e alterar o Plano Conjunto de Operações, periodicamente, sempre que necessário, inclusive se o Plano Conjunto de Operações for inconsistente com o laudo referido no item 9.1, com o objetivo de mais precisamente refletir a melhor estimativa razoável de desempenho pelas Entidades Comanche. As revisões e alterações do Plano Conjunto de Operações serão avaliadas e aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos da Cláusula VI, observado o disposto no item 6.4.2. Uma vez aprovada qualquer revisão ou alteração do Plano Conjunto de Operações, o novo Plano Conjunto de Operações será assinado pela

Emissora, pelas Entidades Comanche e pelo Agente Fiduciário e, salvo disposição expressa em sentido contrário, substituirá integralmente o Plano Conjunto de Operações anterior, em todos os termos e condições.

9.3. Sem prejuízo das demais disposições constantes desta Escritura, (i) a venda de Ativos Empenhados em condições que não aquelas estabelecidas no item 5.20.3 desta Escritura; ou (ii) a criação ou emissão de novas ações pela Emissora está condicionada à revisão do Plano Conjunto de Operação, de modo que fique previsto em seu escopo que os recursos decorrentes dessas operações serão direcionados à aquisição de cana-de-açúcar destinada a moagem, e/ou para investimentos específicos destinados ao plantio de cana-de-açúcar, e/ou para aquisição ou melhoria de equipamentos que visem especificamente ao incremento de produtividade das Entidades Comanche, e/ou para capital de giro delas, e/ou para liquidação antecipada das Debêntures.

9.4. O Plano Conjunto de Operação contemplará limites de endividamento que a Emissora e as Entidades Comanche se comprometem a respeitar. Exceto nas condições e limites previstos no Plano Conjunto de Operação, a Emissora e as Entidades Comanche, não poderão aumentar suas exposições de endividamento.

9.5. Toda e qualquer informação contida no Plano Conjunto de Operação será mantida na mais estrita confidencialidade e, exceto com o consentimento prévio e por escrito da Emissora e das Entidades Comanche, não será divulgado pelo Agente Fiduciário ou por qualquer titular das Debêntures a qualquer terceiro e/ou a qualquer conselheiro, diretor ou empregado não diretamente envolvido nesta Emissão, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA X

FIANÇA

10.1. A Comanche Canitar e a Comanche Santa Anita, assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadoras solidárias (“Fiadoras”) e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, se for o caso, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário (“Valor Garantido”).

10.2. O Valor Garantido será pago pelas Fiadoras no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras, informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal,

Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

10.3. As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos art. 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e art. 77 e 595 do Código de Processo Civil.

10.4. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, sendo certo que as Fiadoras obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

10.5. A presente fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

10.6. As Fiadoras declaram que são sociedades limitadas, devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades empresárias limitadas, de acordo com as leis brasileiras, bem como que possuem todos os poderes societários e a autoridade de uma sociedade limitada para conduzirem os seus negócios da forma como vêm conduzindo e para executar a presente Fiança da forma como prevista nesta Escritura.

10.7. A Fiança de que trata esta Cláusula vinculará cada uma das Fiadoras e seus sucessores.

10.8. A Fiança de que trata esta Cláusula, enquanto permanecer válida, poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido devido em razão das Debêntures.

CLÁUSULA XI DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão de Debêntures, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser entregues pela Emissora, na forma estabelecida no item 11.2 desta Escritura de Emissão de Debêntures, assim como qualquer publicação, se legalmente exigível, deverá ser feita em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, devendo a

Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

11.2. Comunicações

11.2.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados para a Emissora, para o Agente Fiduciário, para o Banco Mandatário ou para o Agente Escriturador, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COMANCHE PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

Avenida Moema nº 300, 7º andar, cj. 77/78, São Paulo – SP, CEP 04077-020

At. João Paulo de Mello de Oliveira

Telefone: (15) 3263 3767

Para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.775-003

At. Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2490-4305

Para a Comanche Canitar:

COMANCHE BIOCOMBUSTÍVEIS DE CANITAR LTDA.

Rodovia Vicinal Gabriel Ligeiro, Km 04, Água do Barreirinho, Canitar – SP, CEP 18990-000

At. João Paulo de Mello de Oliveira

Telefone: (15) 3263 3767

Para a Comanche Santa Anita:

COMANCHE COMBUSTÍVEIS DE SANTA ANITA LTDA.

Bairro de Congonhal, s/nº, Tatuí - SP, CEP 18270-000

At. João Paulo de Mello de Oliveira

Telefone: (15) 3263 3767

Para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, São Paulo, SP

At. Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, CEP 04343-902, São Paulo, SP

At. Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

11.2.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no endereço mencionado no item 11.2.1.

CLÁUSULA XII DA RENÚNCIA

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

CLÁUSULA XIII DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias porventura surgidas com relação a esta Escritura.

Esta Escritura é firmada pela Emissora, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 16 de janeiro de 2012.

[As assinaturas seguem na página seguinte]

**PÁGINA DE ASSINATURA DA
ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM
UMA ÚNICA SÉRIE, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
COMANCHE PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.,
DE 16 DE JANEIRO DE 2012.**

* 30º Tabelião
Notas

Denís Gozzo

**COMANCHE PARTICIPAÇÕES DO
BRASIL S.A.**

Sergio Alberto Rosenwald

**GDC PARTNERS SERVIÇOS
FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.**

Sergio Alberto Rosenwald

* 30º Tabelião
Notas

Denís Gozzo

**COMANCHE BIOCOMBUSTÍVEIS
DE CANITAR LTDA.**

* 30º Tabelião
Notas

Denís Gozzo

**COMANCHE COMBUSTÍVEIS DE
SANTA ANITA LTDA.**

Testemunhas:

Filipe de Castro Ramos

NOME: *Filipe de Castro Ramos*

CPF: *330.143.838 - 56*

Cláudia Freitas Rome Candoso

NOME: *Cláudia Freitas Rome Candoso*

CPF: *17360151 - 8*

086 700638-24

30º Tabelião de Notas da Capital - Osvaldo Fernandes Testoni
Av. Moema, 420 - Moema
Fone / Fax: (011) 5051-1099 4955404950484950495149554955 E/ 3

RECONHEÇO, por semelhança, a(s) firma(s) de: **DENIS LUIS GOZZO, DENIS LUIS GOZZO, DENIS LUIS GOZZO**, a(s) qual(ais) confere(m) com o(s) padrão(ões) depositado(s). Dou fé.

São Paulo, 17 de janeiro de 2012.
Em testemunho da verdade.

CRISTINA DA SILVA
Precos: R\$ 18,00

1069AA002136136

19. OFÍCIO DE NOTAS
Av. Das Americas, 3939 bl.1 lj.N. RJ

Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
C22KX90611-SERGIO ALBERTO ROSENWALD, Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 2012

Em testemunho da verdade.

GLORIA REGINA DA SILVA MOLHAND
006-SUBSTITUTA

Qualificadamente com selo de Fiscalização
Tab. 1.30.36, Tab. 1.10.56, Tab. 1.93.41
Est. 0.86, Pundrerj. 0.21, Furperj. 0.21
Atesta: *Glória Regina da Silva Molhand*
Assinatura
Matrícula - 04610-001

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO *KATIA REGINA BUENO DE GODOY*
SECRETARIA GERAL

ED000842-4/000



JUCESP

27 JAN. 2012